

Quarta-feira, 13 de Abril de 2005 - Estrasburgo

Política externa/segurança

Gomes (PSE). - A estratégia europeia de segurança desafia-nos a reflectir sobre o papel da União na governação mundial. Os relatórios dos Deputados Brok e Kuhne dão excelentes contribuições para responder ao desafio. Para serem eficazes e coerentes, as políticas externa e de segurança e defesa europeias têm de colocar o cidadão no seu centro, promovendo os direitos humanos, o direito internacional e humanitário e o multilateralismo nas relações internacionais, isto é, têm de ancorar-se no conceito de segurança humana, como o relatório Kuhne - na linha do importante relatório de Barcelona sobre a Doutrina de Segurança Humana - sublinha.

Isto é tanto mais relevante quanto a proliferação de armas de destruição maciça e a luta contra o terrorismo terão de continuar a ser as preocupações prioritárias da Europa em matéria de segurança. Temos de integrar estas preocupações em todas as dimensões das relações externas, designadamente na nova política de vizinhança, e é preciso, nesta perspectiva, que a União Europeia tenha assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como já foi sublinhado.

A União Europeia deve trabalhar, ainda, para o fortalecimento dos tratados de não-proliferação e de destruição de arsenais nucleares e para um controlo mais apertado das exportações de material nuclear e de armamento em geral. A União precisa, também, de assegurar uma estreita concertação do plano de acção de combate ao terrorismo com as suas próprias políticas externa e de segurança e defesa, num esforço integrado com a estratégia global de combate ao terrorismo, recentemente enunciada por Koffi Anan.

Isto implica, também, cumprir os compromissos de desenvolvimento assumidos pelos governos europeus na Declaração do Milénio. A pobreza e a injustiça são terrenos férteis para o terrorismo. Para uma política de segurança e defesa que se traduza em mais independência estratégica da Europa, com mais capacidades e mais integração dos meios de defesa, e um verdadeiro mercado interno, precisamos que a Agência Europeia da Defesa informe os debates sobre políticas de aquisição, desenvolvimento e investigação de equipamento. Cabe, agora, aos governos dos Estados-Membros dar condições de funcionamento a esta nova agência e as próximas Perspectivas Financeiras devem demonstrar o empenhamento dos nossos governos no sucesso da estratégia europeia de segurança, pois ela depende, em grande medida, dos recursos postos à sua disposição, na União.

Termino, dizendo que, na semana passada, em Sarajevo, ouvi, como o Senhor Von Wogau e outros parlamentares, o General britânico orgulhoso de comandar a EUFOR, dispensando até insígnias nacionais. Mais me convenci de que, se há quinze anos, tivéssemos já política externa e política europeia de segurança e defesa, a Europa poderia ter evitado ou ter travado mais cedo a guerra na ex-Jugoslávia. Hoje, a importante missão Altea, na Bósnia-Herzegovina, é prova de que a Europa é capaz e de que, com os meios adequados, pode e deve assumir mais responsabilidades na segurança europeia e global.